

FILANTROPIA

# Emater/Ascar prepara mobilização

Entre os dias 2 e 6 de a Emater/Ascar prepara uma grande mobilização envolvendo lideranças regionais, funcionários e agricultores em defesa da entidade

Na próxima semana, entre os dias 2 e 6 de dezembro será realizada uma grande mobilização em defesa da Emater/RS-Ascar que atende 250 mil famílias rurais pelo serviço de extensão rural e social no Estado. A iniciativa é dos autores da Ação Popular, ex-governadores, Câmara dos Deputados, Senado, Famurs, Sindicatos de classe, movimentos sociais, Frente Parlamentar em Defesa da Extensão Rural, da Comissão da Agricultura, Pecuária e Cooperativismo e Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia do Rio Grande do Sul. No final de outubro, a decisão judicial cassou a liminar e a extinção da Ação Popular que garantia a filantropia

da Instituição, ajuizada em novembro de 2011, e que propõe a defesa e manutenção da Emater/RS-Ascar. No dia 2 de dezembro, às 10 horas, haverá um grande ato, em Porto Alegre, na Casa do Gaúcho, no Parque da Harmonia, marcando o Dia Estadual de Mobilização para Recuperar a Filantropia da Emater/RS-Ascar, com a participação de representantes da sociedade gaúcha e de funcionários da Instituição. Da região do Alto Uruguai, a exemplo de outras regiões, seguirão três ônibus com representantes dos poderes Executivo, Legislativo, de entidades sociais e de classe, funcionários, entre outras lideranças.

**A entidade**

A Emater/RS-Ascar está presente em 493 municípios do Estado, tem garantido há 58 anos a promoção do desenvolvimento rural, auxiliando na organização produtiva e social do público assistido. Na região do Alto Uruguai, por exemplo, só neste ano de 2013, foram 16,3 mil famílias atendidas. Foram elaborados 4.631 projetos de crédito rural; realização de perícias em 1.100 lavouras no Proagro com valor financiado de R\$ 10, 6 milhões; elaborados 181 projetos nos 32 municípios com valor financiado de R\$ 2,3 em Reservação de Água e Irrigação e 81 agroindústrias cadastradas e incluídas no Programa de Agroindústria Familiar. No Centro de Treinamento de Agricultores de Erechim, também em 2013, foram capacitadas 518 pessoas nos diversos cursos oferecidos no local. A Ação Popular (uma ação coletiva) assinada pelos ex-governadores Alceu Collares, Germano Rigotto, Olívio Dutra e Pedro Simon, senadores, deputados federais e estaduais de todos os partidos, entre outras personalidades, visa obter a certificação da Instituição Filantrópica concedida pelo conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

**Entenda o caso**

O litígio entre a Ascar e a União começou em 1992, quando a Ascar perdeu o direito de isenção tributária do pagamento da contribuição previdenciária, ou seja, recolhimento do INSS referente à parte patronal. A Ação Popular foi ajuizada em novembro de 2011, e o juiz federal Leandro Paulsen concedeu liminar, suspendendo o efeito dos dois atos. Com isso, todas as cobranças dos débitos decorrentes da revogação da imunidade foram suspensas (mais de R\$ 2 bilhões). Em 2000, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), inicialmente, indeferiu a concessão do certificado em prol da Ascar, mas depois de provimento a recurso de reconsideração, concedendo o certificado de entidade de fins filantrópicos, valido por três anos, de 2000 a 2003. O INSS não recorreu dessa decisão. Desde 2003, está pendente de decisões no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Diante desta situação, e da decisão judicial que cassou a liminar e a extinção da ação Popular que garantia a filantropia da Instituição, ajuizada em novembro de 2011, a sociedade está se mobilizando para reverter à situação.

## Ambiente Agro

**Claud Goellner**  
Presidente dos Comitês de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo e do Rio Alto Jacuí



Atividades da pecuária e seus impactos ambientais nas bacias do Rio Passo Fundo e Alto Jacuí: a gestão dos dejetos

O dejetos da atividade da pecuária é uma mistura complexa de fezes, urina, restos de ração, cerdas, água (bebedouros, vazamentos, pluvial, higienização, etc.) com altos valores de sólidos, nitrogênio, fósforo e carga orgânica de poluição, além de carga patogênica representada pelas bactérias do grupo coliforme fecal. Os dados de monitoramento das águas superficiais em vários pontos nas bacias hidrográficas nos rios Passo Fundo e Alto Jacuí mostraram problemas de poluição por nitrogênio, fósforo e carga patogênica oriundas da pecuária em níveis acima dos considerados como tolerados e aceitáveis pela Resolução CONAMA 357/2005 que estabelece limites de qualidade de águas superficiais. O termo é geral, mas serve para designar uma matriz extremamente complexa e variável na sua composição. O planejamento de um sistema de gestão destes dejetos começa com o dimensionamento da carga e volume gerados, pois não existe como implantar um sistema de manejo e tratamento correto e tecnicamente eficiente se não se sabe quanto e o que gerenciar. Ou seja, antes de pensar no manejo destes resíduos o pecuarista deve pensar na gestão ambiental da produção, com o principal objetivo de minimizar a quantidade dos mesmos e modificar o seu potencial poluidor. Para isto várias práticas simples, podem ser utilizadas, sendo que a forma mais eficiente de concentrar os resíduos é evitar a sua diluição. Isto passa necessariamente por uma análise do uso da água, buscando reduzir perdas e desperdícios e melhorar a sua eficiência. Quanto à geração, é óbvio que não se produz leite, carne ou ovos sem gerar dejetos, mas medidas de manejo produtivo que aumentem a conversão alimentar dos animais, sanidade, melhor qualidade da ração, melhores práticas e bons programas de nutrição, associados com melhor ambiência para os animais podem contribuir significativamente para a redução na quantidade de dejetos produzidos. A adoção das técnicas de disposição dos dejetos depende de uma análise da quantidade gerada, da sua composição e potencial poluidor, das características da propriedade, do tamanho de área disponível e da legislação pertinente ao tema. No Rio Grande do Sul, vale lembrar que temos um zoneamento dos solos quanto à sua vulnerabilidade ao volume e potencial poluidor dos dejetos animais para o uso como fertilizante e isto deve ser considerado. Também deve ser considerado que tanto a disposição como o tratamento dos dejetos são atividades que exigem licenciamento ambiental, cadastramento como usuário de recurso hídrico e outorga quantitativa e qualitativa pelo uso da água e geração de despejos. O fundamental é uma boa concepção de projeto, com a seleção das melhores tecnologias de tratamento e disposição para cada caso. A separação dos dejetos em uma fração sólida e outra líquida é o ponto inicial que determinará a seleção dos métodos e sistemas de tratamento destas frações e seu potencial de reuso. Todos os sistemas possuem vantagens e desvantagens, além de custos e de condições de aplicabilidade dependendo da escala de produção. O importante é buscar uma consultoria qualificada que faça a análise do problema e tenha condições de elaborar um projeto eficiente, viável e que atenda à todas as exigências ambientais e legais.



**Artigos p/ Caça e Pesca,  
Camping, Cutelaria,  
Vestuário, Armas,  
Munições, Artigos Militares**

**Pescaria  
é diversão  
garantida!**



PF: Av. Sete de Setembro, 680 - Centro (54) 3313-3699 ■ Marau: Bento Gonçalves, 1165 . Loja 03 (54) 3342-6162